

O navegar do poeta João Cabral no oceano das palavras proibidas (1952-64)¹

Fernanda Galve²

Resumo:

O artigo apresenta o período de 1952 a 1964 na vida do poeta João Cabral de Melo Neto (1920-99), no qual suas palavras provocam o tempo e a política. Tempo de proibições sobre o que é possível comunicar, neste período de restrições o poeta e diplomata é perseguido pelo uso da palavra escrita. O evento retratado surge da preocupação anticomunista no Brasil. As palavras censuradas ou mal interpretadas são usadas como formas de poder pelo governo. O poeta é delatado e julgado como comunista e afastado de seu cargo diplomático. Neste momento o poeta faz emergirem inquietações do seu Nordeste natal em poesia e vida e morte são apresentadas como provocação social e política em um oceano de palavras proibidas.

Palavras-chave:

João Cabral de Melo Neto; poesia social; diplomacia..

The poet João Cabral sail in the ocean of forbidden words (1952-64)

Abstract:

This paper presents the period of 1952 to 1964 in the life of the poet João Cabral de Melo Neto, when his words provoke time and politics. This is a time bans on what can be communicated in this period of restrictions, the poet and diplomat is chased because of his use of the written word. The event portrayed has its roots on the surge of anti-communist concern in Brazil. Censored or misinterpreted, words were used as forms of power by the government. The poet was denounced and dismissed as communist and put away from his diplomatic post. At this time, concerns emerge on his native northeast origin into his poetry, in which life and death are presented as social and political provocation on an ocean of forbidden words.

Keywords:

João Cabral de Melo Neto; social poetry; diplomacy.

¹ Excerto da tese de doutorado defendida na PUC-SP (GALVE, 2012).

² Professora da Universidade Federal do Maranhão.

Navegar em mares proibidos e a favor do tempo. O poeta mergulha no espaço que o envolve, transformando-o. Imerge em águas polifônicas. As poesias de João Cabral trazem à superfície a reflexão sobre a realidade social, política e cultural vivenciada pelo sujeito, poeta e diplomata, em um mar de palavras provocativas. O panorama a ser considerado está na relação do poeta com a sua vida, como observado na leitura de Lukács, que assegura:

toda estrutura poética é profundamente determinada, exatamente nos critérios de composição que a inspiram, por um dado modo de conceber o mundo: (...) A essência artística da sua composição [de Scott] reflete, pois, a sua posição histórico-política, a expressão de sua concepção de mundo (LUKÁCS, 1965, p. 77).

Ressalta Lukács que existe uma trama ligando os princípios políticos do poeta, enquanto ser social, e as suas percepções de vida, o que lhe garante uma sustentação para a escrita de seus poemas. Em outras palavras, isto significa que o poema é uma composição de valores e de representações da realidade sensível. O poema só funciona em relação aos sentidos, aos seus significados, os quais se alteram submetidos ao momento histórico-ideológico de sua escrita, leitura e atuação na sociedade. Em entrevista, Antonio Candido conta que:

Disse-me também que gostaria de fazer em poesia o que Jorge Amado fazia em prosa. É que, naquele tempo, o João estava muito politizado, era um simpatizante comunista, era um homem de esquerda, como Jorge Amado também fazia romances sociais. Obra poética que tivesse impacto social. (*Apud* VASCONCELOS, 2009, p. 148)

Nota-se que “a literatura desempenha funções na vida da sociedade” (CANDIDO, 1972, p. 806). O poeta exemplifica com o desenvolvimento do poema que caracteriza a vida como um simples *cão sem plumas*, sem ornamentos, porém crítico. O rio Capibaribe é a personagem principal dos poemas de Melo Neto, que prepara a luta entre suas águas e o encontro com o mar. Resiste à força deste oceano que invade e ameaça o mangue, o rio-pântano que recupera a vida, porque vive e não adormece. Tem a densidade do sangue de um homem, mas “que é muito mais espesso do que o sonho de um homem” (MELO NETO, 1994, p. 115).

Na década de 1950, na Espanha de Franco, quase tudo foi proibido. Muitos intelectuais contrários ao regime político vigente eram proibidos de escrever o que pensavam, estando dentro do país. O poeta e também diplomata Melo Neto comenta em entrevistas que os seus companheiros espanhóis são fundamentais para a sua formação como um poeta crítico. As forças companheiras que ele reconhece são formadas num processo de reciprocidade e de liberdade na experiência de cada indivíduo e na

elaboração de suas artes mesmo sob repressão. O encontro do poeta com esses artistas promove a incorporação de forças pessoais à união das forças sociais formada por todas essas individualidades. O que gerou no trabalho de Melo Neto uma preocupação com uma arte dita de “despoder”, uma poesia “de conscientes mais do que de inspirados” (ATHAYDE, 1998, p. 48).

A preocupação tanto de João Cabral quanto dos artistas espanhóis era a de produzir uma arte de transformação do tradicional. Uma arte que buscasse mudanças, em alguns momentos, de maneira didática e que apresentasse o indivíduo frente à situação política e social de uma nação regrada por proibições. Esses artistas, de certo modo, são uns “revolucionários” das linguagens e das expressões estéticas e éticas que produzem. Falam e pensam o mundo por novos ângulos e se preocupam com o indivíduo, com a sociedade, propondo uma revolução do olhar pela arte.

A arte produzida por esses artistas não oferece uma afirmação do *despoder*, são linguagens que propõem a experiência do novo, com diferente olhar do homem, da tradição e da sociedade. A arte oferece a possibilidade de experimentar as novas linguagens plásticas, estéticas, novas sensações e seus debates. O poeta brasileiro declara em entrevistas e em correspondência que a poesia e a arte devem ter algum comprometimento, mas que isso não pode deslumbrar a personalidade do artista. Melo Neto, nesse contexto, refere-se, sobretudo, ao realismo socialista praticado pelos espanhóis nos anos 1940, começo da década de 1950, segundo Joan Brossa (2005, pp. 6-7). A arte provoca e apresenta o mundo onde o homem exercita o desejo e a crítica daquilo com que se depara na história em que habita. Para Melo Neto, a arte, vista como análise do social, pode ser considerada por outros artistas de culturas diferentes:

Até aqui, observações objetivas. E, agora, se me é permitida uma parte de julgamento, eu diria que essa atual posição a que foram levados os escritores catalães – uma posição materialista diante da criação poética – talvez contenha uma sugestão digna de ser considerada por parte de poetas de outros idiomas não ameaçados. (SUSSEKIND, 2001, pp. 278-9)

Este oceano de palavras e de ações motivou a denúncia do poeta como comunista e um risco para a nação brasileira. O diplomata Mário Calábria acusa Melo Neto de ser comunista e, com isso, gera a abertura do inquérito que leva ao desligamento do poeta da carreira diplomática, cuja restituição só ocorre dois anos depois, em 1954. Mário Calábria faz a denúncia após ler uma carta de Melo Neto dirigida ao embaixador Paulo Cotrim Rodrigues Pereira, convidando-o a escrever um artigo em uma revista do Partido Trabalhista Inglês. Segue a transcrição da carta interceptada:

meu caro [o nome de Cotrim riscado] amigo:

Não sei se você sabe que vou cada dia fazendo mais e mais amigos aqui. Pois bem: me encomendaram uma coisa, como parte de um plano maior de publicar algo sobre o Brasil e nossos amigos brasileiros e você é a pessoa indicada para a tarefa. Poderia você escrever um artigo – sob pseudônimo é claro – a respeito da luta que se está travando no Brasil por mercados entre ingleses e os alemães e japoneses? O artigo deve ser uma análise econômica da situação. Como você está na Alemanha não será difícil arranjar os dados sobre esse país. E se tem dados sobre a Inglaterra posso arranjar. Mas você – economista – é o homem para isso.

Não me diga que não tem tempo porque não acredito. Também não tenho e estou me desobrigando de outras tarefas. É interessante que se agite os problemas do Brasil aqui – eles não conhecem nada. Nem mesmo o seu sobrinho Luiz Carlos. Agora estão pensando, nos altos organismos, em criar um comitê para a América Latina no qual eu seria uma espécie de “adviser”. Mas sem a colaboração de vocês eu não poderia “advise” nada.

Grande Abraço para sua senhora, você e a sua família
Itajubá (afim)

Responda logo e logo

Seu- (a.)Cabral-8-1-1952 (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1952, p. 16).

Esta carta é escrita pelo poeta ao vice-cônsul brasileiro em Hamburgo, Paulo Augusto Cotrim, pedindo-lhe um artigo sobre a economia brasileira, especificamente sobre as relações do Brasil com os mercados inglês, alemão e japonês. O poeta recomenda ao colega que escreva sob pseudônimo. O objetivo seria parte de um plano maior de tornar conhecidos os problemas econômicos brasileiros. A carta diz que era intenção dos altos organismos criar um comitê para a América Latina no qual ele, João Cabral, seria uma espécie de consultor:

Dizem que isso foi coisa da CIA. Era um tempo de guerra fria e é bem capaz de ser verdade. Foi um de seus amigos e colegas, Mário Calábria, que mandou para o Itamaraty, em 1952, a denúncia documentada, mas o João Neves da Fontoura, que era ministro do Exterior ou algum outro posto do Ministério, engavetou tudo. Meses depois que o negócio foi engavetado, Carlos Lacerda foi a Paris e Mário Calábria, também diplomata, entregou toda a documentação denunciatória, inclusive uma carta do próprio João Cabral, em que fazia articulações consideradas subversivas, e o Lacerda jogou no jornal *Tribuna da Imprensa*. Então houve aquele processo, e João Cabral foi afastado. (VASCONCELOS, 2009, p. 95)

Neste período, a pretexto de conter células comunistas, Carlos Lacerda faz campanha contra vários diplomatas. Entre eles estão João Cabral, Jatayr de Almeida Rodrigues e Antonio Houaiss, acusados de manter uma célula comunista devido à troca de correspondência com

pessoas consideradas comunistas. O episódio é chamado de “célula Bolívar” (SOARES, 2006) pelo jornalista Carlos Lacerda. Nos anos de 1952 e 1953, o Itamaraty teria descoberto o grupo pela violação de correspondência particular. Com ajuda de Lacerda, é lançada no jornal *Tribuna da Imprensa* uma campanha contra os participantes da célula comunista no Itamaraty (MARIZ, 1995, pp. 60-73). A notícia sobre este episódio, escrita por Lacerda, diz:

A célula Bolívar

Um deles era cônsul em Nova Orleans, nos Estados Unidos, quando “O Globo” publicou, em 14 de maio de 1947, uma carta de Amauri Porto de Oliveira, secretário de Organização e Finanças, da célula “Bolívar” do Partido Comunista, constituída de funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

Nessa ata, declarava-se que o então cônsul brasileiro em Nova Orleans, Paulo Augusto Rodrigues Cotrim Pereira, não era ainda considerado um perfeito militante pelo fato de manter relações pessoais com seu irmão Luiz, que é “trotskista”.

O ridículo dessa declaração fez rir todo o Itamaraty, mas o governo norte-americano, que toma estas coisas mais a sério, pediu a retirada do cônsul em Nova Orleans. Foi então designado vice-cônsul em Hamburgo. É o destinatário da carta do cônsul em Londres, hoje aqui estampada. (VASCONCELOS, 2009, p. 228)

Com embasamento na leitura da correspondência pessoal, o inquérito é conduzido pelo embaixador Hildebrando Accioly e pelo ministro Leite Ribeiro. Melo Neto, nesse momento, tem seu perfil traçado por Carlos Lacerda na explicação dada aos leitores em seu jornal:

A origem desse documento precisa ser explicada para que se compreenda todo o sentido da estranha carta que hoje estampamos em “*fac-simile*”. João Cabral de Melo Neto, diplomata brasileiro, era no Rio, há tempos, um poeta dos chamados herméticos. Sustentava que a poesia era simples junção de palavras encontradas ao acaso no dicionário. Seguia Valéry, detestava os poetas sociais, os engajados, era rigorosamente adepto da poesia pura. E era considerado, com justiça, um bom poeta. Feito cônsul em Barcelona comprou uma pequena tipografia e passou a imprimir em casa, a conselho médico, como uma espécie de laborterapia – para curar dores de cabeça diárias a que é sujeito – livros fora de comércio, poemas em pequenas edições muito elogiadas nos suplementos dominicais pelos raros a quem ele as enviava.

Eis, porém, que foi removido para Londres, como cônsul do Brasil. Ali, em pouco tempo, transformou-se. A tipografia passou a servir para imprimir boletins dos seus novos “amigos”. Valéry já lhe parece uma expressão da burguesia decadente. E quando Moscou, pela boca de Aragon, mandou adorar Vitor Hugo (*sic*), ele passou a considerar Vitor Hugo (*sic*) o seu mestre, o seu

modelo. Seus versos estão agora repletos de alusões, são panfletários, ardentes e, por sinal, ruins.

Está ligado aos círculos comunistas de Londres, aos quais serve diretamente, sem se subordinar ao PC brasileiro. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1952, p. 16)

A definição estampada no jornal por Lacerda apresenta um poeta que reflete em sua poesia, de forma “panfletária e ardente”, ideias comunistas. Os diplomatas suspeitos são acusados, demitidos e processados. Houve uma revisão e quase todos, exceto Melo Neto, voltaram aos seus cargos no Itamaraty. No primeiro momento, os diplomatas são afastados de suas funções, sem qualquer justificativa, pelo presidente Getúlio Vargas, que os coloca em disponibilidade inativa, não-remunerada, por motivos relatados pelo Conselho de Segurança Nacional, que atribui ao escritor o vínculo com atividades do Partido Comunista. A sua defesa é feita pelo advogado Guimarães Menegale. Além de Melo Neto existe, naquele momento, uma relação de nomes dos intelectuais brasileiros que têm contato com o marxismo, a exemplo de Néelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Antonio Candido, entre outros (KONDER, 1991). Para a acusação é seguida a lei do Mandado de Segurança, redigida em 1951:

O senhor ministro Luiz Gallotti — João Cabral de Melo Neto, cônsul de primeira classe do Ministério das Relações Exteriores, impetra Mandado de Segurança, alegando: Por ato de 10 de março de 1953, publicado a 20, no *Diário Oficial*, o Sr. presidente da República decretou, de acordo com o artigo 138 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 24.113, de 12 de abril de 1934, a disponibilidade inativa, sem remuneração, do impetrante, tendo em vista o parecer da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional no processo administrativo realizado no Ministério das Relações Exteriores, para apurar atividades subversivas ligadas ao extinto Partido Comunista. O parecer citado afirma que, no inquérito em apreço, demonstrada ficou, em seu relatório, a veracidade das informações contidas no ofício que acompanhou a carta do impetrante, qual seja, a de que o mesmo faz parte de uma rede de agentes comunistas, trabalhando contra o Brasil. Alude o parecer à linguagem subversiva da referida carta do impetrante, onde se vê o esboço de um plano diabólico de ajuda ao extinto Partido Comunista do Brasil, para tentar submeter o território da nação à soberania de estado estrangeiro, plano esse que consistiria em publicações relativas ao Brasil e a determinados brasileiros. As publicações versariam a respeito do mercado entre brasileiros, ingleses, alemães e japoneses, somente sendo possível a tarefa a eles diplomatas, únicos capazes de tal missão, uma vez que as publicações previstas eram de natureza a exigir a revelação de segredo que só o exercício do cargo e a função permitiriam conhecer. (GODOY, 2011, p. 4)

Além de o texto afirmar que o poeta pretendia submeter o território da nação à soberania de estado estrangeiro com estrutura política correspondente à sua convicção, também há uma flagrante e incontestável tentativa de reorganizar, de fato, sob forma dissimulada, um partido político fora da legalidade, como era o comunista.

Os argumentos do advogado de Melo Neto procuram demonstrar a inexistência de crime no declarar admiração por alguma ideologia. A ideologia pode ser oposta à política democrática, mas é de conhecimento geral que existe a liberdade de pensamento e de consciência, garantida pela Constituição. Assim, é demonstrado que o poeta Melo Neto não tem motivos para montar um novo grupo político contrário à política vigente.

Observa-se a penalidade aplicada ao poeta por ele supostamente não ter capacidade de exercer cargos diplomáticos e de representar o Brasil. A grande motivação é o fato de o diplomata ser adepto da doutrina comunista e de usar em suas cartas e poemas uma linguagem que exemplificam esta proximidade ideológica.

Alguns diplomatas são absolvidos da acusação, pois fica comprovada a inexistência da chamada “célula”, criada por grupos contrários ao governo Vargas. As condenações de Houaiss e Jatayr são invalidadas em 1954 pelo Supremo Tribunal Federal, por causa da restrição da defesa, mas não “[João] Cabral, que teve de obter mandato de segurança separado, após o arquivamento do inquérito policial” (VASCONCELOS, 2009, pp. 80-1).

Por algum motivo não claramente revelado nos documentos analisados, somente o poeta Melo Neto é réu principal dessa averiguação feita pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), como transgressor da segurança nacional. Durante o período de investigação sobre sua participação em um grupo comunista, o diplomata é interrogado por um general sobre seu ponto de vista:

Em caso de guerra entre o Brasil e a União Soviética, que lado o senhor escolheria? Numa guerra entre Brasil e União Soviética, eu luto pelo Brasil; numa guerra entre o Brasil e Pernambuco, eu luto por Pernambuco; numa guerra entre Recife e Pernambuco, eu luto por Recife; numa guerra entre Recife e a rua da Jaqueira, eu luto pela rua da Jaqueira!

O senhor compreende, general, é questão de filosofia: prefiro sempre o particular ao geral. (VASCONCELOS, 2009, p. 85)

No inquérito, para tentar justificar a participação comunista do poeta, um general lhe faz essa pergunta sobre o seu posicionamento em caso de guerra. Eles suspeitam de tudo o que possa relacionar a vida do poeta ao comunismo. Dizem que tinha escolhido o nome de Luiz para um de seus filhos por causa de Luís Carlos Prestes, o que não é verdade, já que é uma homenagem ao avô. Não há nenhum fato concreto, tanto é que o advogado que o defende intitula sua defesa: *Pena que não existe para crime que não*

se cometeu (VASCONCELOS, 2009, p. 55). Porém, o poeta é sentenciado como culpado e afastado de sua função de diplomata, sem direito a receber salário.

Com base nesse documento, entende-se que os diplomatas punidos querem deflagrar e criar aqui o domínio comunista. O perigo estaria descrito em sua correspondência mal interpretada. Na sequência, o advogado de João Cabral de Melo Neto apresenta a ideia de que o relatório não enumera nada mais do que conjunto de tentativas, a exemplo de “tentar reorganizar o partido político fora da legalidade, ou de tentar submeter o território da nação à soberania de um estado estrangeiro” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012). O defensor de João Cabral mostra ainda as incoerências presentes nas ordens do governo. Por fim, Guimarães Menegale meramente alega que João Cabral nunca foi comunista:

Antes de recapitularmos, para arrematar estas razões, que a gravidade da espécie alongou, consignaremos, afinal, esta afirmação enfática e definitiva: João Cabral de Melo Neto não professa a ideologia comunista. Repele a acusação, não em som de ultraje pessoal, mas por figurar torpeza, com que a vilania dos intrigantes interesseiros o quer enlear, ferir e prejudicar na carreira que abraçou e em que já prestara ao Brasil os serviços de sua viva inteligência, de sua cultura política e artística, de seu singelo e fecundo patriotismo. Nem por atos anteriores à punição nem por manifestação subsequente poderão inquiná-lo de tal. (*Apud* GODOY, 2011, p. 7)

Outro dado interessante é que, ao retornar ao Brasil, o poeta tem a oportunidade de se defender reafirmando não ser comunista. Porém, pode-se perceber em muitos relatos de colegas o perfil ideológico de Melo Neto, como observado na entrevista dada por Ledo Ivo:

João Cabral, quando chegou ao Rio, era tido como fascista por causa da sua poesia considerada esotérica e alienada, e de suas preferências e amizades. O Brasil era então dividido entre comunismo e a direita. Aconteceu um fato, a respeito do qual nunca falei ao João Cabral, mas agora que ele faleceu posso dizer: eu frequentava a casa de Graciliano. Se você fosse do Partido Comunista, você era considerado reacionário, da direita. Digo isto porque frequentava a casa de Graciliano Ramos, não por questões ideológicas, mas pelo laço de amizade que unia nossas famílias. Em dado momento eu quis levar o João Cabral para conhecê-lo e o Graciliano se recusou dizendo: “não, não traga, porque dizem que este rapaz é fascista, ligado aos católicos”. (*Apud* VASCONCELOS, 2009, p. 93)

Nota-se que o poeta é considerado fascista aos olhos de alguns intelectuais brasileiros. Em outro momento da entrevista, Ledo Ivo comenta que a proximidade do poeta com o comunismo se deu por intermédio de Drummond: “O próprio João Cabral me confessou que o Drummond o levou para o comunismo e que eles se encontravam em um bar e conversavam. Drummond fez o proselitismo dele, e parece que João Cabral realmente se converteu ao comunismo” (*apud* VASCONCELOS, 2009, p. 94).

Ledo Ivo explana, ainda, que Melo Neto, antes da conversão ao comunismo, não era fascista e, sim, democrata:

João Cabral tinha o maior entusiasmo por Charles de Gaulle, a invasão da França, a gente vivia lendo literatura francesa. O que acontecia é que João Cabral era considerado fascista por parte dos comunistas porque era assim que eram considerados quaisquer dos não adeptos daquela ideologia. O João Cabral, por vezes, me dizia: eu sou ateu, materialista, marxista, comunista, leninista, stalinista. (*Apud* VASCONCELOS, 2009, p. 96)

As definições ideológicas do poeta seguem de ateu a stalinista. Outro olhar sobre o perfil comunista de Melo Neto está no relato de Ferreira Gullar:

João Cabral estava em euforia alcoólica e fez os seguintes comentários de ordem política: “olha, eu vou dizer uma coisa para você, eu admiro o Stalin, esse Krushev é um idiota; sou contra esse negócio de ficar colocando panos quentes, o capitalismo é cruel, não vai se render, tem que ser mesmo na marra para acabar com eles”. (*Apud* VASCONCELOS, 2009, p. 131)

O governo, entretanto, continua o inquérito no sentido de avaliar as atividades revolucionárias e comunistas do poeta João Cabral de Melo Neto. Acompanhem partes dos mencionados documentos.

Em 3 de setembro de 1954, o advogado Guimarães Menegale solicita a comunicação ao presidente da República, relativa à ordem dada, que autorize o retorno imediato do diplomata ao trabalho e, conseqüentemente, o restabelecimento de sua remuneração mensal pelo Ministério das Relações Exteriores.

O mandado de segurança obtido contra João Cabral de Melo Neto demonstra a repetitiva atitude das autoridades do poder executivo na história política do país, no sentido de tentar vincular qualquer sugestão de união de pessoas com o comunismo.

É interessante notar o modo como o Supremo Tribunal Federal trata a questão, não levando em conta a peça indiscutivelmente partidária encaminhada pelo Ministério Público. Resolve-se a questão política que se apresenta dissimulada de problema formal. Não há legalidade na pena prescrita, mas o desfecho positivo do processo só ocorre devido a algumas

circunstâncias adequadas. Novamente, a presença de amigos na vida do poeta faz a diferença, como relata Ledo Ivo:

Algumas circunstâncias foram favoráveis no processo. O presidente do Supremo Tribunal era Ribeiro da Costa, sogro do poeta José Paulo Moreira da Fonseca que era, por sua vez, amigo de João Cabral; isso o ajudou. Outro argumento favorável no processo é que eles tinham sido afastados em disponibilidade não remunerada. Isso não existia no estatuto do funcionário público, nem na Constituição. (...) Dois anos depois ele foi reintegrado... esse episódio ocorreu no fim do governo Dutra. Depois Juscelino Kubitschek e até D. Hélder Câmara interviu em seu favor. (VASCONCELOS, 2009, p. 97)

Em plena ditadura militar, instaurada em 1964, quando o estado de direito é suprimido, João Cabral pensa no pior. Por sorte, o presidente marechal Castelo Branco manda analisar novamente o processo e João Cabral é, outra vez, reconduzido ao trabalho. Em uma entrevista concedida sobre a peça *Morte e vida severina* e sua divulgação em outros países, o diretor Roberto Freire afirma que Carlos Lacerda entregou João Cabral e a peça o anistiou:

Uma última coisa importante foi que o Castelo Branco, depois de ver *Morte e vida severina*, procurou conhecer João Cabral. Apesar de ditador, Castelo tinha suas qualidades e mandou estudar o processo de João e o promoveu a embaixador e a todas as promoções a que tinha direito. João Cabral foi anistiado pela qualidade do espetáculo. (Apud PORANDUBAS, 1980, p. 11)

Esse processo de recolocação definitiva e concessão de promoções é bem delicado e demorado: dura de 1952 a 1964. São anos em que o poeta está preocupado com a sua situação diplomática e judicial. Em 1956 ele retorna ao seu trabalho no Itamaraty com novas funções e no aguardo do julgamento. É interessante como o processo termina quando a ditadura brasileira toma o poder. Com o destaque internacional de *Morte e vida*, além da ajuda de familiares e de sua produção nos Arquivos das Índias, o poeta consegue o fim do inquérito, evitando a cassação do cargo diplomático:

Quando eclodiu a chamada “Revolução de 64”, João Cabral temeu ser cassado e viveu dias e meses de grande angústia. O marechal Castelo Branco era cunhado de Hélio Viana, um historiador conservador. Por sua vez, a Stella era aparentada de Américo Jacobina Lacombe. Então eu a aconselhei a falar com Américo para ele levar ao Hélio Viana a pesquisa de João Cabral nos Arquivos das Índias e explicando que ele estava prestando um serviço ao Brasil; assim ocorreu, Hélio Viana levou ao presidente Castelo e ele nunca admitiu a cassação dos direitos do diplomata. Luís Viana Filho disse-me uma vez na academia que, quando era chefe da Casa Civil de Castelo, várias vezes, chegava lá um pedido de cassação de João Cabral. (VASCONCELOS, 2009, p. 99)

O poeta, durante o tempo de acusação e da defesa realizada no Brasil, é reintegrado ao trabalho e removido como cônsul-adjunto para Barcelona, com a missão de fazer pesquisas históricas no Arquivo das Índias de Sevilha. No ano de 1966, sua pesquisa é publicada com o título *O arquivo das Índias e o Brasil - Documentos para a história do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*, com prefácio do professor José Honório Rodrigues.

Como o próprio poeta define, morte e vida, fim e começo, extinção e ação, palavras aparentemente tão antagônicas, funcionam, porém, como sinônimos neste artigo. O fim muitas vezes é o começo ou entrada e abertura para um mundo de descobertas e realizações. Tal como escrito no poema mais conhecido de nosso marujo, *Morte e vida severina*, temos na morte o início da vida:

(...) E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:

vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco (MELO NETO, 1994).

Seguindo este rio, o Capibaribe, de suas memórias, o poeta fecha este momento, década de 1950, com a sua obra mais conhecida, *Auto de natal pernambucano morte e vida severina*, a pedido de Maria Clara Machado, diretora do grupo teatral Tablado, que não pôde levar ao palco a peça. O *Auto de natal* só foi encenado 10 anos depois, no Tuca, em São Paulo, com música de Chico Buarque. Obra de arte que discute temas universais, o poema vira música e peça de teatro e consegue refletir, mesmo dez anos depois, uma realidade não modificada, a do retirante e da fome no Nordeste brasileiro.

O poeta explora principalmente as temáticas relacionadas à miséria, às cidades, às artes e à realidade nordestina das migrações. Na década de 1950, cria três poemas que exemplificam esse movimento participativo: *O cão sem plumas*, *O rio* e *Morte e vida severina*, sobre a problemática social do homem nordestino. São poemas longos, cujos versos falam dos miseráveis habitantes dos manguezais e retirantes que percorrem o trajeto do rio Capibaribe para a cidade de Recife.

Chamados “tríptico do Capibaribe”, os três poemas explicam um enriquecimento gradual da voz poética do autor em uma oscilação entre o romântico e o trágico, utilizando homenagens à literatura de cordel e ao romanceiro ibérico em sua elaboração. Todos partem basicamente do mesmo motivo poético: o itinerário do rio Capibaribe desde a sua nascente até o mar. Em *O cão sem plumas* (1949-50), o caminho do rio é narrado em metáforas. No livro *O rio* (1953), Capibaribe é narrador e protagonista. Por

fim, em *Morte e vida severina* (1954-5), o trajeto é realizado pelo retirante, que se apresenta de forma dramática durante a travessia do agreste pernambucano até a capital.

Para exemplificar, em *O rio*, muito longe dele está “essa gente triste”, “a mais triste que já baixou/a gente que a usina/depois de mastigar largou” e que foi em busca do “mar” com que “sonhou”, porque:

A um rio sempre espera
um mais vasto e ancho mar.
Para a gente que desce
é que nem sempre existe mar,
pois eles não encontram
na cidade que imaginavam mar
se não outro deserto
de pântanos perto do mar. (MELO NETO, 1994, p. 142).

A possibilidade de melhora não se realiza, pois, ao mudar a paisagem, do interior para o meio urbano, não se altera o sistema, de forma que “para essa gente que desce” “nem sempre existe mar”. O mar aqui simboliza as possibilidades de uma vida melhor. Na “cidade”, que eles “imaginavam mar”, o que os espera é “outro deserto/de pântanos perto do mar”, um mar que só está a acondicionar a “boca maior”, devoradora da gente humilde, nesse sistema injusto.

O rio e o mar representam possibilidades de saída para muitos retirantes nordestinos que, na década de 1950, sobretudo em Recife, neste momento procuram emprego e fogem de constantes secas e da fome. Ocorre, neste período, uma expansão da capital e de sua população. Esta, porém, sem qualificação, não consegue estabilidade financeira. Observa-se a degradação humana de suas condições de existência na cidade. A cidade em si, como relação social, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias e mangues pessoas ainda mais pobres. Um círculo vicioso de injustiças sociais e políticas se estabelece.

Como Marcelo Ridenti apresenta em seu livro: “O lavrador morto gostaria de ver a terra dividida, mas só lhe coube a cova em que foi enterrado no latifúndio de um oligarca. Isso mostra que o sentimento de brasilidade revolucionária não nasceu nos anos 1960.” (RIDENTI, 2010, p. 132)

O artigo apresenta, enfim, um panorama claro e conciso das complexas questões no âmbito histórico-social e oferece ao leitor ferramentas básicas para o estudo referente a um período da vida do poeta João Cabral de Melo Neto. Nesse contexto, o poeta trabalha com a realidade e mantém uma poesia de tensão crítica, no sentido de lidar com os conteúdos da experiência ou com a estética e a ação históricas, na qual os fatos decorrem da intenção de indivíduos, narra e dramatiza no empenho

didático de "dar a ver" o que é e o que há na possibilidade de análise social como ferramenta para uma aceitável vida.

Discernir o objeto e o como representar essa realidade em poesia não é determinado pelo poeta como negação de suas características sociais, pelo contrário, é fincá-las em seu sucinto triunfo ao alicerce consciente da sua escrita. O propósito de sua obra é uma ética de afirmação do fundamental sobre o cotidiano por meio de um método de leitura e do olhar através e na palavra. Sua obra possui um guia condutor que é a relação do seu contexto da realidade construída pela linguagem do discurso poético e delimitada pelos olhares sociais e históricos da sua própria vida. Desse modo, Melo Neto nos lembra em seus poemas que a vida é aquela que constantemente luta consigo mesma e com o mundo que a cerca.

Referências bibliográficas

ATHAYDE, Félix de. *Idéias fixas de João Cabral de Melo Neto*. Rio de Janeiro/Mogi das Cruzes: Nova Fronteira/FBN/Universidade de Mogi das Cruzes, 1998.

BROSSA, Joan. *Poesia vista*. São Paulo: Amauta Editorial, 2005.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1972.

GALVE, Fernanda. *De um porto a outro: um navegar histórico pelo multiverso da vida e obra de João Cabral de Melo Neto*. 2012. Tese (Doutorado) apresentada à PUC-SP, São Paulo.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito, literatura, política e história: João Cabral de Melo Neto no Supremo Tribunal Federal – O Mandado de Segurança n. 2.264*. Disponível em: <<http://www.iesb.br>>, acessado em 8 out. 2011.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LUKÁCS, Georg *Ensayos sobre el realismo*. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1965.

MARIZ, Vasco. *Antonio Houaiss: uma vida: homenagem de amigos e admiradores em comemoração de seus 80 anos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MELO NETO, João Cabral de. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Mandado de Segurança n. 2.264 – DF*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/MS2264.pdf>>, acessado em 13 fev. 2012.

PORANDUBAS – jornal livro. Boletim interno da PUC- São Paulo, ano IV, set. 1980, p. 11.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

SOARES, João Clemente Baena. *Sem medo da diplomacia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SUSSEKIND, Flora. *Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 776, 27 jun. 1952.

VASCONCELOS, Selma. *João Cabral de Melo Neto - Retrato falado do poeta*. Pernambuco: Editora do Autor, 2009.